

# Conexão pela sustentabilidade

Comunicadores e influenciadores indígenas apontam exclusão de seus povos de iniciativas de governança ambiental, social e corporativa, e mostram maneiras de unir a viabilidade econômica ao meio em que vivem

RENAN HONORATO rhonorato@grupomm.com.br

A pauta ambiental passou a dominar o debate sobre a governança ambiental, social e corporativa (ESG, na sigla em inglês) nos últimos anos, sobretudo pelo avanço desenfreado de catástrofes ambientais ligadas às mudanças climáticas, aquecimento global e exploração do meio ambiente. Por conta disso, empresas e indústrias globais começaram a divulgar manifestos em prol da preservação desse meio ambiente que culminariam em projetos socioambientais mais robustos nos últimos anos. Apesar disso, pesquisa realizada pela Financial Times Longitude, em parceria com a Fujitsu, revela que são poucas as companhias (das mil entrevistadas) que chegam a concluir iniciativas relevantes quando se trata de investir no S (social) da pauta ESG. De acordo com os dados, apenas 12% criam produtos neutros em emissão de carbono e o mesmo percentual se repete quando se trata de iniciativas de diversidade e inclusão.

Mas outro fator importante também é desconsiderado pelas empresas: os povos indígenas originários das terras, brasileiras e estrangeiras, que não são levados em conta quando se trata de empreender iniciativas de preservação da natureza. Influenciadores, comunicadores e empreendedores indígenas criticam a exclusão dos seus povos desses debates. Em Maués (AM), o povo Sateré-Mawé conseguiu viabilizar o Projeto Wanarã, que envolve o cultivo e exportação do pó de guaraná Nusoken, matéria-prima principal do Guaraná Antarctica, da Ambev. Essa iniciativa é um caso de como a pauta ESG pode se conectar a comunidades originárias tanto no que se refere ao ambiental (o E de ESG) quanto ao S.

Estimativa da ONU aponta que existem cerca de 500 milhões de indígenas no mundo, espalhados por 90 países, o que equivale a quase 5% da população mundial. E 45% das regiões de mata virgem ao redor do globo estão inseridas em territórios das cinco mil culturas que formam os povos originários. No mesmo relatório, se somados os percentuais de retirada de CO<sub>2</sub> da atmosfera em territórios da Bolívia, Brasil e Colômbia protegidos por esse grupo, são quase 60 milhões de toneladas convertidas ou 13 milhões de automóveis em circulação. “Nós queremos estar nesses espaços. Como falar de preservação do meio ambiente sem termos povos indígenas dentro das empresas?”, questiona o comunicador indígena e embaixador do WWF, Tukumã Pataxó. A maior dificuldade existente para criar conexões entre mercado e as comunidades, afirma Pataxó, é o receio



Instituto Rede de Soluções Sustentável leva indígenas para competições de canoagem pelo Brasil



dos agentes empresariais em ouvirem os conselhos e apontamentos de como deveria ser o caminho trilhado para sustentabilidade.

Segundo relatório de mudanças climáticas, organizado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a temperatura média da Terra atingiu 1.1 C acima dos valores pré-Revolução Industrial. O fato frustra prematuramente os planos dos quase 150 estados-nações que assinaram o Acordo de Paris, convenção que barraria aquecimento global em 1.5 °C, dentre outras metas. Ainda segundo o relatório, catástrofes climáticas podem atingir, principalmente, os países de áreas costeiras, com regiões alagadiças (como manguezais e pantanais) e semidesérticas. O IPCC foi criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O Brasil tem mais de 8 mil quilômetros de área costeira, além de abrigar ecossistemas únicos como o Pantanal e a Caatinga. Nesta última, já é possível identificar o início do processo de desertificação do ecossistema, perdendo aproximadamente 26% da vegetação pri-

mária (gramíneas), segundo o Mapbionas Brasil.

Sob o contexto de ESG, da degradação ambiental e da necessidade de envolvimento em causas e propósitos, as empresas começaram a agir. A JBS, por exemplo, criou, em 2020, o Fundo JBS pela Amazônia, associação civil sem fins lucrativos dedicada a financiar iniciativas voltadas à sustentabilidade e comunidades originárias. Atualmente, o programa apoia 15 projetos. Entre esses, está o programa de bioeconomia “Mãos Indígenas, Floresta de Pé”, localizado em 16 terras indígenas de Rondônia ao Mato Grosso ligadas à cadeia produtiva da castanha, sementes e manufatura cultural. O programa é gerenciado pela ONG Forest Trends, pelo centro de sustentabilidade Greendata e pela organização privada Ecoporé.

O mundo ideal seria poder integrar o conhecimento dos não-indígenas com a expertise prática das comunidades tradicionais, diz a coordenadora da agenda indígena da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Rosa Maria dos Anjos. “Temos um lema que diz o seguinte: ‘Nada sem nós’. Porque, se a gente não estiver fazendo parte dessas mudanças, nada

vai para frente. A cabeça de uma pessoa que nunca esteve em uma aldeia, mesmo sendo estudada e com PhDs, não sabe o que buscar”, sustenta. Rosa Maria ressalta que, apesar de muitos povos já terem começado a se organizar através de entidades, faltam caminhos e investimentos para que consigam se estruturar e fazer frente ao debate público. “Muitos projetos são pensados de fora para dentro, e não com a contribuição dos povos indígenas”, afirma.

“É preconceito”, diz a comunicadora e ativista, Samela Sateré Mawé. “As empresas ainda têm essa percepção estereotipada de que o indígena não é um ser inteligente o suficiente para ocupar um espaço que represente a realidade da comunidade. Além disso, muitas

vezes, a realidade empresarial não condiz com nossas crenças, já que tem um pensamento colonialista e eurocêntrico desde a base. Porque nós, povos indígenas, temos uma crença na preservação e na conexão, ao contrário do mercado, que pensa no consumo e no capital”, argumenta Samela.

## TRABALHO INDÍGENA

Desde o primeiro ano da pandemia, segundo pesquisa feita pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), os indígenas foram as pessoas que mais perderam os postos de trabalho, resultando na redução de quase 30% da renda familiar. Três anos depois, a pesquisadora da FGV Ibte, Janaína Feijó, realizou, a pedido do jornal O Globo, estudo mostrando como é o mercado de trabalho indígena a partir de dados do IBGE. De acordo com o levantamento feito, as taxas de participação de indígenas no mercado de trabalho eram as menores em relação aos brancos, pretos e pardos. E a taxa de trabalho informal era de 48,5%, a maior entre os três principais grupos étnicos.

A maior dificuldade dos povos indígenas é a falta de escolarização formal, aponta Maria Rosa, que coordena a agenda indígena da FAS em Manaus. Porém, afirma, também é preciso haver capacitação da comunidade que receberá essas pessoas para entender as necessidades culturais de cada povo. “É preciso ter um olhar diferenciado e sensibilização do Estado e das empresas em trabalhar com essas pessoas. Principalmente porque nós estamos no estado com maior número de indígenas do Brasil e, mesmo assim, isso não é reconhecido com a importância que deveria”, diz. No levantamento feito pelo Instituto Sociedade, ➔